

Pesquisas sobre representação dos homicídios na imprensa do Espírito Santo: um mapeamento para novos trabalhos ¹

Ademar Possebom Pessini Junior²
Universidade Federal do Espírito Santo

José Edgard Rebouças³
Universidade Federal do Espírito Santo

Resumo

Este artigo mapeia as dez mais relevantes publicações de pesquisas científicas localizadas a respeito da forma como a imprensa do Espírito Santo tem noticiado homicídios nos últimos anos. Como o estado do Espírito Santo permanece, há quase 15 anos, nas piores posições dos rankings nacionais de índices de assassinatos, pesquisadores têm se debruçado sobre a representação dessa realidade na imprensa (em diferentes áreas de conhecimento). Esta revisão bibliográfica é iniciativa inédita na área e visa contribuir para pesquisa maior sobre o estado da arte da ciência sobre mídia e violência, que, posteriormente, vai subsidiar outras pesquisas em curso. As principais conclusões são que as pesquisas já realizadas são poucas, não dialogam entre si e não têm continuidade ou institucionalização, porém o quadro parece se reverter com o aumento do acesso a fontes de dados oficiais confiáveis e do apoio às pesquisas.

Palavras-chave

Violência na imprensa; crime na comunicação de massa; imprensa; homicídio; Espírito Santo.

Corpo do trabalho

1. Introdução

O mapeamento bibliográfico que este artigo sistematiza é o ponto de partida de uma pesquisa sobre a atual representação social da trajetória dos crimes contra a vida das mulheres na imprensa capixaba.

¹ Trabalho apresentado na XII Conferência Brasileira de Mídia Cidadã - O direito à comunicação na luta por uma cidadania ativa, realizado na Universidade Federal de Juiz de Fora, em Juiz de Fora, Minas Gerais, de 25 a 27 de outubro de 2017.

² Jornalista, mestrando no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades da Universidade Federal do Espírito Santo e pesquisador do Observatório da Mídia: direitos humanos, políticas, sistemas e transparência. Vitória (ES). E-mail: ademarpesbom@gmail.com.

³ Jornalista, professor no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades da Universidade Federal do Espírito Santo e coordenador do Observatório da Mídia: direitos humanos, políticas, sistemas e transparência. Vitória (ES). E-mail: edreboucas.br@gmail.com.

Enquanto que, em 2003, a taxa de homicídios de mulheres no Espírito Santo era de 8,6 (por 100 mil), em 2013 ela chegou a 9,6. Nesses dois anos, os índices colocaram o estado como o segundo onde proporcionalmente mais se mataram mulheres no Brasil. Mesmo a capital capixaba, Vitória, figura em destaque, com taxa de 10,0 em 2003 e 11,8 em 2013.

Porém, poucas pesquisas científicas foram localizadas que tratam da abordagem da imprensa capixaba a respeito dos homicídios de mulheres. As encontradas apontam carência da abordagem da contextualização desse crime.

Resolvemos, então, ampliar o escopo deste mapeamento inicial e buscar, como um todo, os estudos sobre a cobertura jornalística capixaba a respeito da violência, com o olhar mais voltado para os homicídios e a violência contra a mulher.

Feito o mapeamento, serão realizados novos estudos, sobre o estado da arte da pesquisa sobre violência na imprensa, para fortalecê-los também no âmbito do recém-implantando (três anos) Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes).

Neste artigo, resgatamos pontos-chave das pesquisas já realizadas, para que, numa próxima etapa, elas contribuam para a compreensão do fenômeno por meio do seguinte recorte imediato: a análise de conteúdo do noticiário da editoria “Polícia” do jornal capixaba A Tribuna (o de maior tiragem nos últimos 20 anos) a respeito da trajetória do feminicídio no estado do Espírito Santo. Já é possível adiantar que esse foco na trajetória (e não nas notícias em geral ou especificamente) decorre da oportunidade de aproveitamento da recém-publicada tese de doutorado em Ciências Humanas/Sociologia “Vítimas que choram: trajetórias de coerção, acumulação social e empreendedorismo violento no Espírito Santo”, aprovada pelo pesquisador Marco Aurélio Borges Costa, em 2016, na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Destaca o autor que:

Os crimes violentos sempre foram uma constante no Espírito Santo, assim como no Brasil. No entanto, agravam-se, inicialmente, na ocupação do norte do estado a partir dos anos 30, considerando o modelo de ocupação dessa região sustentado em grande propriedade, grilagem de terras e uso das forças públicas para garantir os interesses econômicos majoritários. Por meio de extrema violência, de sublocação da violência por agentes do próprio Estado (policiais) e outros, era realizada a “limpeza” necessária para a implantação dos empreendimentos de interesse. (COSTA, 2016, 275).

Em sua tese, Marco Aurélio apresenta esse cenário como o desencadeador do que temos hoje.

O mesmo autor nos indica a importância dos estudos acadêmicos sobre o problema, ao apontar a dificuldade de se pesquisar, ainda hoje, os homicídios no estado, devido à carência de trabalhos (abertos para consulta pública) baseados em dados confiáveis e em metodologias que permitam a comparação e a

checagem. (COSTA, 2016, p.83-96). É com essa visão, também, que seguimos para o mapeamento da bibliografia já publicada, rumo à articulação do que já existe na academia, para construir mais pontes.

2. Metodologia

Para a localização destas pesquisas e suas revisões, foram feitas buscas por artigos, monografias, teses e dissertações nos seguintes canais: Portal de Periódicos Capes (com acesso a todo o repositório disponível para a Ufes); Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações; Google Scholar; site da Compós (Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação); site da SBPJor (Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo); sites de periódicos científicos hospedados no portal on line da Ufes; sites das bibliotecas da Ufes (e seu Repositório Institucional), da Universidade Vila Velha e do Centro Universitário FAESA; sistema de busca de documentos do Centro de Artes da Ufes (que sedia administrativamente os cursos de comunicação da universidade).

Nesses canais, foram buscadas pesquisas a partir das consultas por combinações das seguintes palavras-chave: imprensa; jornal; jornalismo; mídia; capixaba; Espírito Santo; violência; homicídio(s); feminicídio(s); e mulher(es).

3. Pesquisas sobre homicídios na imprensa capixaba

Dez estudos foram localizados para mapeamento, em consultas realizadas entre 01/07/2017 e 31/07/2017. As duas primeiras contam com a participação do professor de Geografia da Ufes Cláudio Luiz Zanotelli.

3.1. Primeiro estudo: estatísticas na Geografia

O primeiro estudo realizado localizado não focava a imprensa como prioridade na análise, mas sim a construção do quadro estatístico a partir das notícias na imprensa, numa abordagem metodológica recomendada inclusive pelo Movimento Nacional de Direitos Humanos para permitir construir uma análise nacional sobre os homicídios (os dados oficiais, naquele momento, não eram considerados confiáveis ou comparáveis).

Essa pesquisa coletou notícias dos homicídios veiculadas nos jornais A Gazeta e A Tribuna de 1994 a 2002 (quando eram os jornais impressos de maior tiragem diária no estado) e, ao final, trouxe uma análise específica sobre imprensa e violência, também a partir das estatísticas coletadas.

Entre as constatações destacava-se que: 1) nas cerca de 20% das reportagens que possuem fotos, quase sempre as fotos são da vítima; 2) ao longo dos anos, ambos os jornais destacavam cerca de 12% das notícias na primeira página; 3) com o passar do tempo, no entanto, A Tribuna suplantou A Gazeta na liderança do número de fotos da vítima publicadas (A Tribuna foi de 11,5% para 24,4% das vezes; e A Gazeta foi de 18,0% para 17,3% das vezes); 4) proporcionalmente ao espaço dessas notícias em suas

páginas, no entanto, A Tribuna sempre suplantou A Gazeta; 5) enquanto que A Gazeta, por outro lado, sempre noticiou o maior número de homicídios do que A Tribuna, chegando muito próximo do total de homicídios registrados, em média, pelo poder público. (ZANOTELLI et al, 2004, p.31-34).

3.2. Segundo estudo: estatísticas para estudar discurso

Um estudo posterior, de Zanotelli e Medina, faz análise de discurso sobre a criminalidade observando 1.120 notícias, nos três maiores jornais capixabas em 2007, e concluem que eles “contribuem para estabelecer a dicotomia entre dois mundos”, quais sejam: o “nosso”, de riqueza, educação e não-violência; e o “outro”, com pobreza e criminalidade. (ZANOTELLI e MEDINA, 2007, p. 12). “Não existe, grosso modo, um tratamento desses fatos como um problema social complexo”, especialmente quando envolvem pessoas pobres; e, por outro lado, não vão para as páginas policiais problemas como corrupção e impunidade.

A pesquisa também aponta que, devido ao volume de notícias veiculado, cria-se uma “overdose”, que pode fazer com que a população se acostume ao volume de delitos, ao mesmo tempo em que se cria uma sensação de insegurança (inclusive de desamparo do poder público). A pesquisa também destaca que “a mídia se ergue como ator coadjuvante no papel de polícia e da justiça e como ator incontornável do debate sobre a segurança” (p.13), nomeando criminosos e punindo suspeitos.

Outro dado relevante é sobre as fontes das notícias (42% das identificadas eram oficiais), que se fiam, “em parte, no ‘palpite’ e nas classificações realizadas pelas polícias” (p. 8), raramente destacando a falta de continuidade de quase todas as investigações.

3.3. Terceiro estudo: análise qualitativa de uma reportagem

Depois de um hiato de seis anos, surgem duas pesquisas na área da Linguística. Ambas com envolvimento direto da professora e pesquisadora da Ufes Micheline Tomazi, a partir dos Estudos Críticos do Discurso de Teun A. van Dijk. A primeira, de 2013, é uma análise qualitativa de uma reportagem de A Gazeta, sobre uma agressão a uma mulher, veiculada em 02/09/2013.

Analisando o título, a autora identifica que: a vítima é identificada pela sua posição social; há uma tentativa de deixar a notícia sensacionalista; e não há “um papel social estável” sobre quem é o agressor e quem é a vítima. (SCHAFFER e TOMAZI, 2013, p. 44); o jornal veicula elementos que colocam em dúvida o relato da vítima; e a reportagem termina relativizando a condição do agressor, descrito como usuário de drogas e afirmando que “esta nova condição social ao agressor fora atribuída por ‘testemunhas’”.

Ao deixar o caso “em aberto”, conclui o artigo, o jornal pode ter o interesse de “se aproveitar mais uma vez do processo de vitimização do leitor, pois uma vez que haja a ausência de informações no texto o jornal não precisa recorrer somente a estruturas discursivas manipuladoras, algumas estratégias e

estruturas podem ser mais eficientes que outras no processo de influenciar a mente dos receptores”. (p.45).

3.4. Quarto estudo: análise do discurso do noticiário

A pesquisa seguinte (também da área de Estudos Linguísticos da Ufes) foi apresentada como dissertação de mestrado de Raquelli Natale, sob orientação da professora Micheline Tomazi. Natale conjuga a análise de 604 notícias dos jornais A Gazeta e A Tribuna em 2013, combinando pesquisa quantitativa com apoio de software e pesquisa qualitativa posterior, desses dados, com base na análise crítica de discurso segundo a Teoria Sociocognitiva de Teun A. van Dijk.

Em linhas gerais, a pesquisa identifica pouco espaço destinado à violência de gênero. Nesse espaço, mulheres foram “representadas como responsáveis pelas agressões, ao passo que a responsabilidade do agressor é atenuada pela transferência da culpa para a própria vítima, pela terceirização da culpa e pela omissão do agressor na oração” (p.151). Casos são tratados de maneira individualizada, e “a maioria das notícias relata casos de agressões e feminicídios nas periferias e apresenta atores sociais de classes menos privilegiadas.” (p.151) Há ainda a transferência da “responsabilidade das agressões para algum tipo de vício, distúrbio psicológico e crimes passionais, oculta as reais razões da violência de gênero e dificulta ainda mais o avanço e desenvolvimento de medidas e atitudes que possam mudar essa realidade.” (p.152).

Destaque importante: é aqui que surge a preocupação com a conceituação e o emprego do feminicídio como uma categoria de análise, já a partir da então recente inclusão dessa tipificação de crime no Código Penal Brasileiro.

3.5. Estudos seguintes, na comunicação: telejornalismo e feminicídio

São de 2015 os primeiros estudos realizados por pesquisadores do campo da comunicação. Ambos orientados pelo professor da Ufes Rafael da Silva Paes Henriques, responsável pela cadeira de telejornalismo do curso de graduação da universidade, de onde saem as autoras (suas orientandas de iniciação científica), que por sua vez usam “operadores de análise” desenvolvidos pelo Grupo de Pesquisa de Análise de Telejornais da Universidade Federal da Bahia.

Com Brunela Alves Ribeiro, Henriques pesquisa o papel dos apresentadores de três telejornais de notícias policiais da TV Vitória, em exibição em sinal aberto em novembro de 2014. E a principal conclusão é de que os apresentadores (“mediadores”) “atuam” como atores, representando, interpretando um personagem. “Seria como dizer que a exibição do telejornal imitasse um grande palco circense ou de teatro ou até mesmo uma telenovela, no que diz respeito à encenação dos seus personagens” (RIBEIRO e HENRIQUES, 2015, p.9). Postura esta dos apresentadores interessante para, juntando telejornal com “entretenimento/espetáculo”, servir como “válvula de escape” para as trágicas notícias apresentadas.

A pesquisa também observa a busca por certa proximidade e interatividade desses apresentadores com o público, usando inclusive outros canais de comunicação (como telefone e Internet), abrindo espaço para inserção da voz dos telespectadores.

Há também o aconselhamento e o julgamento de fatos e histórias, em que os apresentadores atuam como juízes ou líderes do Poder Executivo ou até mesmo especialistas, como médicos e professores. Também procuram estar próximos do público por meio inclusive de aplicativos para celular, o que, por fim, visa fazer com que esses telejornais analisados queiram “ser os olhos da sociedade”, vigiando e observando instantaneamente o que se passa na cidade. (p.11).

Já a pesquisa de Juliana Benichio Leite analisa a representação da morte nas reportagens de um dos telejornais investigados na pesquisa anterior: o Balanço Geral, “um telejornal que explora as cargas emotivas e apelativas, trabalha com a curiosidade, a dramatização exacerbada, o choque, o grotesco e o extraordinário para noticiar os fatos” (LEITE e HENRIQUES, 2015, p.6) e que “sempre reforça o papel de jornalismo de vigilância”. Não apenas a respeito dos homicídios,

As informações descrevem detalhadamente, de modo bastante apelativo, os casos individuais. Foi possível observar que em toda a espetacularização, tudo é meramente factual, focado na dramatização e impacto que causará no público. A crítica, que poderia ser interessante ou relevante para despertar discussões e debates sobre a criminalidade, as precauções, as estatísticas ou o planejamento de políticas públicas, são deixados em segundo plano. (p.7).

A conclusão dos pesquisadores é que, devido a elementos como estes, a morte acaba sendo espetacularizada e banalizada (principalmente quando se trata da morte de pessoas identificadas pelo apresentador do programa como “criminosos” [p.12]). Surgem então, para a pesquisa, os questionamentos sobre credibilidade e qualidade de telejornais como o Balanço Geral.

Um ano depois, no campo da comunicação, localizamos outra pesquisa, desta vez voltada especificamente para identificar a tipificação do feminicídio na imprensa. Trata-se do trabalho de conclusão de curso de graduação em jornalismo de Jessyka Bernardone Saquetto, que, ao analisar o noticiário de A Tribuna entre 10/03/2015 10/03/2016, só encontrou o registro adequado uma vez e apontou a falta de contextualização dos crimes contra a vida das mulheres.

3.5. Estudos recentes em mais áreas

Os últimos três estudos localizados sobre a representação dos homicídios na imprensa capixaba vêm de três iniciativas isoladas, todas publicadas em 2016: um do mestrado em Segurança Pública da Universidade de Vila Velha (UVV); outro do mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória (Emescam); e o outro de uma

articulação de pesquisadores do curso de Serviço Social da Ufes com de outros de instituições da região Serrana capixaba.

O primeiro estudo tratou de analisar a narrativa da cobertura, pelo jornal A Tribuna, de um homicídio que, em 2013, culminou com outro, em um linchamento. O linchado até a morte foi um homem identificado pelo jornal, já no dia seguinte ao primeiro crime, como tendo sido culpado, antes de qualquer apuração ou investigação oficial da polícia. “Nesse julgamento antecipado, o indivíduo não foi denominado de vítima, mesmo após ser espancado e morto brutalmente por cem pessoas da região, que, na reportagem, foram chamadas simplesmente de ‘moradores’.” (RIBEIRO JÚNIOR e VELOSO, 2016, p.58).

O estudo observa ainda que “paradoxalmente, o mesmo discurso que legitima a morte do maníaco assassino (...) também defende que se faz necessária uma mudança na legislação para que se aumente a punibilidade dos linchadores.” Ambiguamente, o jornal aponta que, para evitar linchamentos, deveria ser ampliada a pena de pessoas reincidentes em crimes, para que, ao invés de serem soltos, sejam assassinados. “Esse cenário em que um indivíduo pode ser morto, sem que tal ato seja considerado homicídio, mostra a inexistência de proteção jurídica e política para esse sujeito”.

O segundo estudo apontado aqui, por sua vez, traz uma leitura da violência contra a mulher retratada nos jornais A Gazeta e A Tribuna, conforme a pesquisadora Isabel Maria de Oliveira Ferraz, em sua dissertação para obtenção do título de mestre pela Emescam. Após estudo sobre as diferentes formas de violência contra a mulher e sobre como a imprensa divulga essas formas de violência, a pesquisadora levanta estatísticas sobre a situação na Região Metropolitana da Grande Vitória para, inclusive, comparar os dados das estatísticas oficiais com os veiculados nos jornais em 2015. Trata-se, neste ponto, de um grande levantamento estatístico sobre esses cruzamentos.

Num segundo momento, após análise qualitativa das reportagens, a autora identificou que: 1) há banalização da violência na sociedade brasileira; 2) a violência contra a mulher é enraizada na sociedade; 3) carência de informações sobre o agressor, observado ainda assim de “forma preconceituosa”; 4) a apresentação de justificativas para o delito; e 5) a omissão dos jornais em estimular debates e reflexões sobre a violência.

Já o terceiro desses estudos de 2016 buscou apurar se houve aumento do número de notícias sobre violência “familiar ou doméstica” contra a mulher, veiculados em A Tribuna, numa comparação entre os anos de 2005 e 2014, tomados separados por serem anteriores e posteriores à Lei Maria da Penha. A constatação é de que o número de reportagens quase quadruplicou (de 58 em 2005 para 217 em 2014), o que ainda, segundo as pesquisadoras, está distante da realidade apontada pelo Mapa da Violência.

O levantamento ainda apontou que a motivação para o crime era informada na grande maioria das reportagens (p.201), o que pode indicar a persistência do jornalismo em justificar os crimes. E, entre as

conclusões, volta a apontar que o tema é debatido superficialmente, “sempre na perspectiva de passar a informação pura e simplesmente, não fomentando uma discussão sobre violência de gênero.” (p.204).

4. Conclusões

Dada a quantidade de instituições de ensino superior capixabas e a dimensão que o problema que os índices de homicídios no estado continuam a apresentar ao longo das últimas décadas, concluímos que o número de pesquisas sobre a interface dessa realidade com a comunicação local é muito pequena.

Além disso, é possível observar a descontinuidade das pesquisas já realizadas e que entre elas não há diálogo direto, haja vista que as pesquisas realizadas em cada área não fazem referência às pesquisas realizadas anteriormente. Também não parece ter havido institucionalização de linhas de pesquisa sobre mídia e violência.

Ousamos apontar que a datação e as áreas das pesquisas mapeadas indicam mais as condições de realizá-las do que as demandas de análise dos seus objetos: num primeiro momento, na área de Geografia; num segundo momento, na Linguística; e, mais recentemente, na Comunicação e outras.

Até 2003 (ano anterior à primeira pesquisa), não havia estatísticas confiáveis sobre homicídios no Espírito Santo: “as estruturas de segurança pública tinham um funcionamento absolutamente precário e estavam impregnadas de agentes que pertenciam a organizações criminosas mais ou menos complexas” (COSTA, 2016, p.276-277).

O estudo da Geografia, então, se baseou em notícias de jornais (conforme o Movimento Nacional de Direitos Humanos) para estudar a violência no Espírito Santo (2004). Em seguida, voltou aos jornais, para estudar seu discurso sobre os crimes.

Três anos depois, foi criada a pós-graduação em Linguística na Ufes, que nos anos seguintes produziu mais pesquisas sobre análise de discurso da imprensa.

Por fim, assim que foi criado o mestrado em Comunicação da Ufes, surgiram as publicações de pesquisadores desta área, bem como de outras que, por sua vez, nos parecerem terem sido mais motivadas por toda a mobilização nacional para se tratar, mais especificamente, da violência de gênero.

Metodologicamente, as pesquisas conseguiram sair de análises estatísticas básicas para, inclusive com uso cada vez maior de recursos computacionais, realizar também análises qualitativas e em áreas e abordagens cada vez mais variadas e amplas.

Por outro lado, é possível deduzir que o aumento do número de pesquisas nos últimos cinco anos, especialmente, deve-se a fatores como: a urgência que o debate sobre a violência tomou no Brasil; a maior disponibilidade de estatísticas públicas confiáveis sobre o assunto; e o aumento dos estímulos à pesquisa no Espírito Santo.

As pesquisas mapeadas permitem observar a variedade de abordagens possíveis e as proporções desafiadoras do objeto que, além de tudo, ainda está alarmante no entorno destas pesquisas: o discurso do governo do estado é de que as taxas de homicídios têm redução, mas é muito pouco.

O campo privilegiado para articular estas pesquisas é o da comunicação que, no Brasil, tem seus estudos institucionalizados “concomitantemente a uma progressiva afirmação de seu estatuto interdisciplinar” (LOPES, 2000, p.56). E a institucionalização é determinante para a construção de um campo científico.

Junto a isso destacamos que o “campo da comunicação” é ainda caracterizado como “um razoável ‘estoque’ de estudos, um pequeno patrimônio de conhecimento específico sobre a comunicação” (FRANÇA, 2001, p.51). Estudos que, por outro lado, “não estão exatamente ou especificamente em nenhum outro campo; hoje não é correto (não corresponderia à realidade) dizer que se encontram espalhados em vários campos” (p.51). É “na medida desse movimento de congregação de olhares diversos, com o objetivo de construir um novo olhar, que podemos pensar o campo de estudos da comunicação enquanto domínio ou espaço transdisciplinar”. (p.51).

Deve ser assim que o local ideal para o fortalecimento dos estudos sobre mídia capixaba e violência seja o Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades da Ufes, tomando como base mapeamentos e relacionamentos com as pesquisas que, trazendo aportes de outras disciplinas, contribuam para, ao fim, a qualificação da produção científica e o seu posterior retorno à sociedade como informação de qualidade para a construção de novos sentidos e realidades.

Referências

CAVACHINI, Juliana da Costa et al. A violência contra a mulher no Espírito Santo: antes e depois da Leila Maria da Penha. **Intellecto**. Venda Nova do Imigrante: v.2, n.2, p. 196-215, 2016.

COSTA, Marco Aurélio Borges. **Vítimas que choram: trajetórias de coerção, acumulação social e empreendedorismo violento no Espírito Santo**. 1ª edição. São Paulo: Opção Livros, 2016.

FERRAZ, Isabel Maria de Oliveira. **Violência contra a mulher: o retrato nos jornais capixabas**. Dissertação para obtenção do título de mestre em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local. Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória. Vitória: 2016, 119p.

FRANÇA, Vera Veiga. O objeto da comunicação/A comunicação como objeto. In: FRANÇA, Vera Veiga; HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz. C. (orgs). **Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências**. Petrópolis: Vozes, 2001.

LEITE, J. B.; HENRIQUES, R. S. P. A Representação da Morte no Balanço Geral Espírito Santo. **XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Rio de Janeiro: 2015, 13p.

LOPES, Maria Immacolata Vassalo. O campo da comunicação: reflexões sobre seu estatuto disciplinar. In: **Revista USP**, n.48, p.46-57. São Paulo: USP, dezembro/fevereiro 2000-2001.

RIBEIRO, B. A.; HENRIQUES, R. S. P. Telejornais policiais capixabas: análise sobre o papel dos apresentadores nos telejornais Alerta ES, Balanço Geral ES e Cidade Alerta Espírito Santo. **XX Congresso de Ciências da Comunicação da Região Sudeste**. Uberlândia: 2015, 11p.

RIBEIRO JÚNIOR, H.; VELOSO, F. O linchamento de Gilbercan Mezini e a narrativa midiática: notas sobre a transformação do indivíduo em homo sacer. **Sociedade e Cultura**. Goiânia: vol. 19, n. 1, pp. 51-60, 2016.

SAQUETTO, Jessyka Bernardone. **Tipificação do feminicídio: o perfil socioeconômico e a caracterização dos crimes contra a mulher pelo jornal A Tribuna**. Monografia para obtenção do título de Graduação. Departamento de Comunicação Social. Universidade Federal do Espírito Santo, 2016, 62p.

SCHAFFER, G. L. S.; TOMAZI, M. M. Discurso e manipulação: um estudo crítico de uma reportagem noticiada de A Gazeta sobre a violência contra a mulher. **Anais do II CONEL – Congresso Nacional de Estudos Linguísticos**. Vitória: p.42-45, 2013.

WAISELFISZ, J. J. Mapa da Violência 2015. **Homicídios de mulheres no Brasil**. FLASCO/Brasil, 2016.

ZANOTELLI, Cláudio et al. Violência criminalizada: os homicídios cometidos no Espírito Santo noticiados nos jornais (1994-2002). **Revista Cidadã**. Vitória: p.4-41, 2004.

ZANOTELLI, C. L.; MEDINA, J. L. B. Análise dos discursos sobre a criminalidade e a delinquência na mídia capixaba e seus efeitos sobre a política de segurança e a percepção de (in) segurança. **Revista UFES Cidadã**. Vitória: p.1-15, 2007.